Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Revista de Antropologia

VOLUMES 30/31/32 1987/88/89

SUMÁRIO

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA: Introdução 1
N. GUIDON: Potencialidades dos ecossistemas e complexidade social: aplicação no estudo da pré-história do nordeste 9
IRMHILD WÜST: A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo 21
MARIA CRISTINA M. SCATAMACCHIA E FRANCISCO MOSCOSO: Análise do padrão de estabelecimentos Tupi Guarani 37
LUIZ MOTT: Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí: 1764-1770 ... 55
MARIA HILDA B. PARAISO: Os índios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau da Bahia 79
OSWALDO M. RAVAGNANI: Aldeamentos Goianos em 1750 — os Jesuítas e a mineração 111
OSWALDO M. RAVAGNANI: Eu te batizo... em nome da servidão (a catequese dos Xavante) 133
JOHN M. MONTEIRO: De índio a escravo. A transformação da população indígena de São Paulo no século XVII 151
MARIVONE M. CHAIM: Política indigenista em Goiás no século XVIII 175
EDIR P. DE BARROS: Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II império em Mato Grosso 183
EXPEDITO ARNAUD: O índio e a assistência oficial. A história do índio Sabino Apompés Tapajós Mundurukús 225
JURANDYR C. F. LEITE: Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo 255
ANTONIO CARLOS DE S. LIMA: Os museus de história natural e a construção do indigenismo ... 277
MIGUEL A. MENÉNDEZ: A presença do branco na mitologia Kawahiwa: história e identidade de um povo Tupi 331
ROBIN M. WRIGHT: Uma história de resistência: os heróis Baniwa e suas lutas 355
ANTONIO PORRO: Mitologia heróica e messianismo na Amazônia seiscentista 383
RAFAEL J. DE M. BASTOS: Exegeses Yawalapití e Kawayurá da criação do parque indígena do Xingu e a invenção da saga dos irmãos Villas Boas 391
PAULO SANTILLI: Os filhos da nação 427
DOMINIQUE T. GALLOIS: O discurso Waiãpi sobre o ouro — um profetismo moderno 457
BEATRIZ G. DANTAS: História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe ... 469
PEDRO AGOSTINHO: Para a constituição de um fundo de documentação histórica manuscrita sobre índios do Brasil ... 481
BERTA G. RIBEIRO: Museu e Memória: reflexões sobre o colecionamento 489
LUCY SEKI: Apontamentos para bibliografia da língua Botocudo/Borum 511
COMUNICAÇÕES 537
NOTICIÁRIO 549
IN MEMORIAM 559
BIBLIOGRAFIA 575

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ISSN 0034 - 7701

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

ANÁLISE DO PADRÃO DE ESTABELECIMENTOS TUPI-GUARANI: FONTES ETNO-HISTÓRICAS E ARQUEOLÓGICAS

Maria Cristina Mineiro Scatamacchia
(Museu de Arqueologia e Etnologia/USP)
Francisco Moscoso
(Depto. de Ciências Sociais - UNESP/Araraquara)

INTRODUÇÃO

Pretendemos fazer algumas reflexões sobre o potencial e o alcance da análise do padrão de estabelecimento tupi-guarani. Quando falamos de tupi-guarani estamos nos referindo àqueles grupos pertencentes a esta família lingüística, que habitavam a costa brasileira quando chegaram os europeus. Apesar das fontes utilizadas fornecerem dados sobre os povos pertencentes a esta família lingüística de uma maneira geral, nos concentramos principalmente naqueles grupos tupis que foram denominados genericamente de Tupinambá. Ocupavam no momento da conquista o litoral do norte de São Paulo até a Foz do Amazonas e para o interior uma área ainda imprecisa. Na realidade tal denominação que estes indígenas davam a si mesmos, parece que se modificava quando havia o fracionamento do grupo. As fontes textuais mostram que os assim chamados Tupinambá eram aqueles estabelecidos no litoral do Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão e, é exatamente sobre essas regiões que existem o maior número de informações, pois aí os contatos foram mais intensos.

O padrão de estabelecimento desses grupos pode ser reconstituído através das informações etno-históricas e arqueológicas.

A bibliografia utilizada compreende as crônicas e outros documentos dos séculos XVI e XVII e os registros arqueológicos dos sítios, onde o

material pode ser identificado seguramente com aquele descrito pelos cronistas, e que os arqueólogos denominam tradição tupi-guarani. As descrições dos cronistas são abundantes e detalhadas para aqueles aspectos que mais impressionaram neste primeiro contacto. Os resultados das pesquisas arqueológicas são entretanto ainda muito limitados, em decorrência tanto do tipo de escavação como da ausência de pesquisas para algumas regiões. Achamos importante a correlação dos dados pertencentes a essas diferentes fontes, pois resulta por um lado, na complementação das informações e, por outro, na confirmação das informações orais no registro material, e a possibilidade de interpretar esse registro através das descrições fornecidas. As descrições feitas pelos europeus são originárias da observação de um momento na história desses grupos, que é o produto de todo um processo precedente, e que pode ser reconstruído através do registro arqueológico. Daí a necessidade de se correlacionar também dados pertencentes a momentos cronológicos diversos. Em relação aos grupos Tupi da época do contacto foram pioneiros os trabalhos etno-históricos realizados por Florestam Fernandes com suas obras: *Organização Social dos Tupinambás* e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá,* publicadas em 1949 e 1952. No que diz respeito à distribuição espacial dos Tupinambá o trabalho de Fernandes tinha objetivos limitados, de localizar as áreas territoriais ocupadas pelos Tupinambá no início da colonização européia do Brasil e, localizar as áreas territoriais que ocuparam posteriormente em conseqüência de movimentos migratórios provocados pela conquista. Embora não desenvolvendo especificamente o conceito de padrão de estabelecimento, percebeu e fez observações importantes sobre a distribuição espacial, e sua relação com as variantes: meio ambientais, econômicas e de parentesco no contexto das tribos.

Estamos utilizando o conceito de padrão de estabelecimento conforme foi primeiramente conceituado por Willey [1], isto é a maneira como o homem se dispõe na paisagem em que ele vive, que engloba a distribuição e o tipo de construção utilizadas, e que reflete o nível tecnológico do grupo, aspectos da organização e de sua interação com o meio ambiente.

Mesmo com o reconhecimento dos antropólogos da utilidade do conceito de padrão de estabelecimento, ele vem sendo utilizado de forma intensa no contexto arqueológico. O desenvolvimento do conceito e a sua utilização provocou uma mudança na ênfase da pesquisa arqueológica, do objeto, do sítio em si, para uma abordagem regional mais ampla, com a preocupação de relacionar os sítios entre si, em relação ao meio ambiente, dentro de áreas culturais.

Da maneira como os arqueólogos tem efetuado o estudo do aspecto espacial dos vestígios podemos apontar duas abordagens básicas: uma visão ampla ecológica que enfatisa a relação homem-terra, buscando a relação dos sítios entre si e o meio ambiente em que estão inseridos, o macro-estabelecimento; outra que estuda a natureza e distribuição das estruturas e as relaciona com fatores sociais e culturais, buscando a configuração da aldeia o micro-estabelecimento.

Na análise que fizemos nos concentramos basicamente em identificar as informações referentes à distribuição espacial das aldeias, a sua relação com o meio ambiente e sua duração temporal. Ficaremos principalmente, na análise que se refere ao macro-estabelecimento, pois dispomos de mais informações para esse tipo de análise. Os dados disponíveis até agora não permitem uma análise detalhada das distribuições das diferentes atividades e articulações que foram desenvolvidas dentro da aldeia.

Um dos pontos de maior potencial a ser explorado é o que relaciona o tipo de estabelecimento com o nível de organização social. Podemos considerar, que no caso Tupinambá, o tipo de estabelecimento adotado parece ter servido, inclusive, como mecanismo da manutenção do sistema tribal. Isto pode ser observado levando-se em conta principalmente a curta duração das ocupações e as constantes migrações relacionadas ao padrão de subsistência e a busca da "terra sem mal", que segundo os estudos atuais parecem corresponder a uma mesma procura.

Parece lógico que uma cultura que se estendeu por uma região tão ampla, praticamente todo leste da América do Sul, e perdurou por pelo menos 1000 anos tenha sofrido modificações e adaptações de caráter regional. Estas adaptações regionais, que puderam ser constatadas principalmente no contexto arqueológico, não serão consideradas nesta abordagem. Levaremos em conta apenas o padrão mais geral encontrado entre esses grupos e que pode ser considerado diagnóstico da cultura.

AS FONTES UTILIZADAS

As fontes etno-históricas que foram utilizadas compreendem as cartas, relatos e crônicas do séc. XVI, isto é, aquelas informações que estão o mais próximo possível da estrutura original existente antes do contacto com o europeu, e das modificações ocasionadas pelo processo colonizador. Utilizamos também algumas fontes do início do séc. XVII, que possuem informações detalhadas sobre a organização social de grupos localizados no norte do país e que se mantiveram por um período maior de tempo afastados do contacto mais intenso com os colonizadores.

Entre as cartas, a de Pero Vaz de Caminha (1500), foi o primeiro documento a relatar os usos e costumes dos habitantes da nova terra descoberta. Trata-se de um documento básico de referência pois testemunha a situação em que se encontravam os indígenas no exato momento da conquista.

Quanto aos relatos, o de Hans Staden (1554), que esteve prisioneiro por vários meses dos Tupinambá do Rio de Janeiro, é o mais importante. Descreve os lugares onde esteve, as relações entre os membros da aldeia e os vizinhos, fatos que pode observar durante a sua permanência entre eles.

Pertencentes à chamada Crônica Geral Colonial as primeiras obras são as de Pero de Magalhães Gândavo (1557) e Gabriel Soares de Souza (1587). A crônica de Gândavo foi a primeira obra em português que falou do Brasil e dos primitivos habitantes do litoral. O tratado de G. Soares de Souza constitui a obra descritiva mais completa do Brasil quinhentista.

Entre as obras da historiografia religiosa, ligadas à Companhia de Jesus, utilizamos a de José de Anchieta (1554) e de Fernão Cardim (1584), pela preocupação etnográfica com a cultura indígena e não apenas com o processo de catequese.

Ligadas a Crônica das Invasões, analisamos as obras de André Thevet (1558) e Jean de Lery (1578), Claude D'Abbeville (1614) e Yves D'Evreux (1614) referentes à história do estabelecimento dos franceses no Brasil. Essas na realidade se dedicam mais em descrever os costumes e particularidades dos índios, da fauna e da flora sendo que a história da colônia francesa e sua instituição é renegada a um papel secundário.

Jean de Lery apresenta um documento precioso em relação ao povoamento do Rio de Janeiro, e a sua obra editada vinte anos após a de Thevet para a mesma região, aponta as falhas da obra deste último, iniciando assim uma campanha contra a credibilidade de seu testemunho histórico.

As obras de Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux tratam do estabelecimento dos franceses no norte do país, e relatam a sua convivência com os Tupinambá nessas regiões. Embora sejam obras tardias, e descrevam os Tupinambá em uma área que nos parece ser de refúgio, os detalhes das informações são de grande utilidade, pois podem servir de

parâmetro para alguns traços que foram pouco descritos e percebidos por outros cronistas.

Por outro lado, as informações arqueológicas são produtos de uma síntese feita em um trabalho anterior (Scatamacchia, 1981) e serão utilizadas como informações complementares. As referências arqueológicas quanto ao padrão de estabelecimento deste grupo são conclusivas quanto à relação ao meio ambiente, mas não ao que se refere à organização interna das aldeias. O resultado das pesquisas realizadas no Brasil dá um quadro relativamente claro sobre a distribuição dos sítios e os seus limites ecológicos. Mas como na maioria das escavações realizadas, tem-se trabalhado com amostragens pequenas e não com escavações em áreas amplas, as plantas de distribuição interna são em número muito reduzido e para regiões não coincidentes com aqueles das informações etnohistóricas.

O PADRÃO DE ESTABELECIMENTO TUPINAMBÁ

A maneira como as populações se distribuem na paisagem tem um potencial informativo muito grande, e o primeiro contacto com um determinado tipo de distribuição de aldeias leva a questionar de imediato por que elas estão onde estão, que variáveis estão envolvidas na escolha da ocupação.

O padrão de estabelecimento adotado por um grupo, sendo o local físico da atividade humana, reflete indiretamente vários aspectos do sistema social: a dinâmica do homem atuando em um meio ambiente particular. Podemos inferir as atividades necessárias para explorar os recursos e as linhas gerais da organização social. A divisão do trabalho e as especializações ocorrem em um processo histórico e se expressam sob a forma de determinadas organizações sociais que assinalam os limites do seu desenvolvimento. Essa dinâmica histórica está refletida nas maneiras de adaptação das comunidades aos meios naturais, sendo que aspectos desta ocupação podem ser resgatados através do registro arqueológico.

As culturas dependendo da sua complexidade, possuem estabelecimentos diferentes para atender às várias funções, ou apresentam dentro de uma mesma ocupação, zonas diversificadas relacionadas a diferentes atividades.

Mesmo culturas com pouca complexidade social possuem alguns padrões de estabelecimentos diferenciados. Em relação aos Tupinambá as

informações mais completas descrevem apenas as aldeias ou sítios de habitação [2]. Entretanto, outras ocupações puderam ser evidenciadas arqueológicamente, como é o caso dos acampamentos para coleta de moluscos e as áreas de enterramento, estas últimas até agora ainda não bem definidas [3].

A maneira como esta população estava distribuída na paisagem foi de diferentes formas relatadas pelos europeus que entraram em contacto com os grupos indígenas que habitavam a costa.

A primeira descrição é de Pero Vaz de Caminha, quando da descoberta do Brasil e referente portanto aos grupos habitantes da costa da Bahia:

> "Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitania. Eram de madeira, e de ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios: e, de esteio a esteio, uma rêde atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquentarem faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro. Diziam que em cada casa recolhiam trinta ou quarenta pessoas...". ([1500] 1985: 90)

Existem outras informações que fornecem descrições generalizadas sobre a forma como estes indígenas que habitavam a costa moravam. Essa generalização é decorrente da homogeneidade cultural existente entre os diversos grupos tupi-guarani e que foi observada pelos cronistas. Segundo Pero Magalhães Gândavo:

> "As povoações destes índios são aldeas: cada huma dellas tem sete, oito casas, as quaes sam mui compridas feitas à maneira de cordoarias ou terracenas fabricadas somente de madeira e cobertas com palha ou com hervas do mato semelhantes: estão todas cheias de gente. De huma parte e doutra e cada hum per si tem a sua instância, e sua rede armada, em que dorme e assi estão huns juntos dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica hum caminho aberto per onde se servem como dormitório, ou coxia de galé". ([1557] 1964: 55)

Informação semelhante ocorre na crônica de Fernão Cardim.

> "Usão estes índios de umas ocas ou cascas de madeira cobertas de folha, e são de comprimento algumas de duzentos e trezentos palmos, e têm duas e três portas muito pequenas e baixas: mostrão sua valentia

> em buscarem madeira e esteios muito grossos e de dura, e ha casas que tem cincoenta, sessenta ou setenta lanços de 25 ou 30 palmos de comprido e outros de largo. Nesta casa mora um principal, ou mais, a que todos obedecem, e são de ordinário parentes: e em cada lanço destes pousa um casal com seus filhos e família, sem haver repartimento entre uns e outros, e entrar em uma destas casas é ver um lavarinto porque cada lanço tem seu fogo e sua rede armada, e alfaias, de modo que entrando nella se vê tudo quanto tem, e casa ha que tem duzentas e mais pessoas". ([1548] 1978: 106)

As informações contidas nestas citações referem-se basicamente ao formato das casas e indiretamente ao tipo de relação existente entre os membros do grupo. Puderam observar que as grandes casas comunais abrigavam um grande número de pessoas com um "principal". Trata-se de uma família extensa com um ascendente comum, com o qual os indivíduos tinham algum tipo de relacionamento de parentesco, o que foi melhor descrito por outro cronista como veremos adiante.

O sentido tribal das relações sociais assim como o tipo de aldeia também foi captado por José de Anchieta em sua experiência na comunidade de Piratininga, da maneira seguinte:

> "Moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palhas ou com cortiças de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão, só têm em conta os que alguma façanha fizeram, digna do homem valente, e por isso comumente recalcitran, porque não há quem os obrigue a obedecer. Cada aldeia contem somente seis ou sete casas, nas quais se não se interpusessem o parentesco ou aliança, não poderiam viver juntos e uns e outros se devorariam". ([1554] 1933: 45)

Suspeitamos que a referência a construção com "barro" foi resultante do contacto com os colonizadores portugueses.

Outros dados referentes à interação com o meio ambiente também foram percebidos e são encontrados nessa descrição de Gabriel Soares de Sousa:

> "Quando este principal assenta a sua aldeia, busca sempre um sítio alto e desafobado dos ventos, para que lhe lave as casas, e que tenha água muito perto, e que a terra tenha disposição para de redor da aldeia fazerem suas roças e granjeiras; e como escolhe o sítio a contentamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, coberta de palma, a que os índios chamam de pindoba e

as outras da aldeia se fazem também muito compridas e arrumadas, de maneira que lhes fica no meio um terreiro quadrado, onde fazem bailes e os seus ajuntamentos; e em cada aldeia há uma cabeça que há de ser índio antigo aparentado, para que os outros que vivem nestas casas terem respeito; e não vivem mais nestas aldeias, que enquanto lhes não apodrece a palma das casas, que lhes dura três, quatro anos". ([1587] 1971: 303)

Praticamente as mesmas informações se repetem no relato de Hans Staden, onde menciona a importância da localização das aldeias em relação ao habitat de exploração:

"Edificam suas habitações de preferência em lugares em cuja proximidade têm água e lenha; assim como caça e peixe. Se uma região exaure, transferem seu lugar de moradia para outro. Quando querem construir suas choças, reúne um chefe um grupo de cerca de quarenta homens e mulheres, quantos pode conseguir, sendo usualmente seus amigos e parentes, que edificam uma cabana, de mais ou menos quatorze pés de largura, a qual, conforme o número de pessoas que abriga, chega a ter cento e cincoenta pés de comprimento. Tais cabanas têm mais ou menos duas braças de alto, arredondadas em cima como a abóboda duma adega e cobertas espessamente com folhas de palmeiras, a fim de que não chova dentro. Não têm divisões no interior. Ninguém têm um quarto separado; a cada ocupante, porém, marido e mulher, cabe, de um lado, um espaço de doze pés ao comprido. O espaço correspondente do outro lado é tomado por outro ocupante. Assim ficam repletas as cabanas. Cada ocupante tem seu fogo próprio. O chefe de cabana recebe seu lugar no centro. Cada cabana é provida em geral de três pequenas portas, uma em cada extremidade, e uma no meio. Elas são baixas que os índios precisam curvam-se para entrar e sair. Poucas aldeias contam mais do que sete cabanas. Entre estas deixam eles um pátio livre, em que matam seus prisioneiros...". ([1554] 1974: 155)

Também em Jean de Léry encontramos dados coincidentes:

"Como as casas dos selvagens são em geral compridas, abauladas no teto e cobertas de ramos cujas pontas tocam o solo, abri com as mãos um buraco para ver a coisa à verdade...". "Consistem os imóveis deste povo em choças e terras excelentes muito mais amplas do que as necessárias á sua subsistência. Em algumas aldeias moram, na mesma casa, de quinhentas a seiscentas pessoas e não raro mais [4]; em verdade cada família, composta de marido, mulher e filhos,

> ocupa lugar especial, embora as casas, que têm em geral mais de sessenta passos de comprimento, não possuam tabiques de separação que impeçam verem-se uns aos outros. A propósito cabe dizer (coisa estranha neste povo) que os brasileiros não demoram em geral mais de cinco a seis meses no mesmo lugar [5]". Carregam grossos pedaços de madeira e grandes palmas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes o que às vezes os encontramos a um quarto de légua ou mesmo meia légua de distância do lugar em que antes habitavam. "E se lhes perguntarmos por que mudam tão freqüentemente, respondem apenas que passam melhor trocando de ares e que se fizessem o contrário de seus avós morriam depressa". ([1555] 1980: 212-229)

As características básicas das casas e os princípios para a escolha de localização das aldeias parecem ter permanecido constante até o começo do séc. XVII, mesmo depois de longo período de contacto com portugueses e franceses. É o que se pode constatar examinando as informações de Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux sobre os Tupinambá localizados no Maranhão. Embora a configuração dessa área seja atípica, pois parece que se tratava de uma área de refúgio, as informações são muito detalhadas e produzidas a partir de um convívio cotidiano com os indígenas. A descrição das aldeias coincide com aquelas encontradas nas crônicas do séc. XVI e referentes às regiões mais meridionais. Segundo Claude D'Abbeville:

> "Suas aldeias, a que chama Oca ou Taba, não passam de quatro cabanas feitas de paus grossos ou estacas e cobertas de cima a baixo com folhas de palmeiras a que denominam Pindó, encontrável em grande abundância nos matos. Essas folhas, bem dispostas, resistem maravilhosamente à chuva. As casas têm de vinte e seis a trinta pés de largura e de duzentos a quinhentos pés de comprimento, segundo o número de pessoas que nelas habitam. São construídas em folha de claustro, ou melhor em quadrado como a Place Royale, de Paris, de modo que há sempre entre elas uma praça grande e bonita. As quatro casas assim dispostas, com a praça ao centro, formam uma aldeia; entre maiores e menores existem vinte e sete em toda a ilha do Maranhão". ([1614] 1975: 139)

O mesmo autor comenta mais adiante sobre a curta duração da ocupação:

> "Após cinco a seis anos, pois não costumam ficar mais tempo no mesmo lugar, destroem e queimam a aldeia. E vão edificar outra

mais adiante, a uma distância de meia légua pouco mais ou menos, dando-lhe, entretanto, o mesmo nome da precedente. Assim, fazem, segundo afirmam, pela única razão de terem feito o mesmo seus antepassados. Por outro lado, alegam que a mandioca e a batata com que se alimentam se comprazem em terras novas e produzem mais". (Ibid.: 222)

D'Abbeville descreve as aldeias como uma forma de praça central alusiva aos planos de cidade européia (como a referência a Place Royale de Paris). As gravuras que aparecem na crônica de Staden (que foram desenhadas posteriormente na Europa), representam quatro malocas dispostas regularmente em relação a um espaço quadrado no meio delas. As plantas levantadas a partir de escavações amplas em alguns sítios arqueológicas não apresentam essa rigidez na distribuição. Fica a questão a ser pesquisada se a rigidez formal descrita por alguns cronistas representavam a estrutura original ou já refletiam as influências européias.

Podemos notar que as mudanças cíclicas das aldeias estão relacionadas com o problema da produtividade da cultura de roça e a tradição da prática agrícola ligadas a manutenção desse sistema tribal.

A informação sobre o curto período de ocupação de cada aldeia e do motivo das constantes transferências acham-se relacionadas nos textos consultados, tanto à durabilidade do material com que eram construídas as casas, como à necessidade de buscar novas terras para o cultivo. Realmente o sistema agrícola utilizado, a roça, requer para o solo um tempo de repouso maior do que aquele de cultivo, obrigando uma rotação das terras utilizadas.

O esgotamento do solo e dos recursos naturais constituíam alguns dos motivos das constantes mudanças, e a necessidade de terras virgens e férteis parece ter sido o principal elemento dentro do critério seletivo na busca de um novo território. Pela análise dos textos podemos verificar que foi um costume executado desde os tempos e cuja necessidade foi transmitida de geração a geração. A escolha de material perecível para a construção das casas está ligada ao conhecimento do grupo da curta duração que teria a aldeia. Nas referências mais recentes, quando foram observadas grandes migrações desses grupos, se relacionam as constantes mobilizações à busca de uma terra paradisíaca, a uma "terra sem mal".

Yves D'Evreux fornece alguns detalhes a respeito da interação social dentro da aldeia e entre elas:

> "Cada habitação tem o seu principal: Estes quatro principais estão sob as ordens do maioral da aldeia, o qual conjuntamente com outros de várias aldeias obedecem ao principal da província". ([1614] 1874: 149)

Claude D'Abbeville menciona a presença de uma casa diferenciada dentro das aldeias, que teria uma função política, como se pode inferir pelas descrições fornecidas:

> "Limita-se o poder do chefe à orientação dos demais por meio de conselhos, principalmente nas reuniões que fazem todas as noites na casa grande do centro da aldeia. Depois de aceso um grande fogo, utilizado à guisa de candeia e para fumar, armam suas redes de algodão e, deitados cada qual com seu cachimbo na mão principiam a discursar, comentando o que se passou durante o dia e lembrando o que lhes sabe fazer no dia seguinte a favor da paz ou da guerra...". (Ibid.: 255) ([1614] 1975: 255)

Esta casa também foi mencionada por D'Evreux:

> "O que mais me admirou foi ve-los narrar tudo quanto se ha passado desde tempos immemoriaes, somente por tradição, porque tem por costume os velhos contar diante dos moços quem foram seus avós e antepassados, e o que se passou no tempo d'elles: fazem isto na "casa grande", algumas vezes nas suas residencias particulares...". (D'Evreux [1614] 1874: 122)

As informações de Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux forneceram detalhes a respeito da interação social dentro da aldeia e inter aldeias sugestivas de uma evolução política que pode ter sido provocada por um reordenamento instigado pelos colonizadores nesta região. Assim, por exemplo, a hierarquia política descrita por esses dois cronistas é atípica da organização política tribal e não aparece mencionada entre os cronistas quinhentistas.

Dentro do sistema tribal Tupinambá, as tribos se apresentam sob a forma de aldeias segmentadas, independentes, que possuem uma relação equivalente umas com as outras através de laços de parentesco, o que permite também a sua união em determinados momento episódicos, como guerras, tanto de vingança como de defesa do território. A presença dentro de um território de aldeias do mesmo tamanho e com as mesmas características formais, sugere a ausência de diversificação funcional e pode determinar o nível de complexidade de organização social do grupo.

No caso dos Tupinambás, as descrições correspondem a áreas de habitação, isto é, aldeias, e não mencionam qualquer diferenciação funcional entre elas.

As "casas-grandes" não têm referência no séc. XVI, ou evidência arqueológica anterior. É provável que ela seja um elemento tardio na sociedade Tupinambá. As citações mostram que dentro da nova forma de unidade deliberativa política persistia a substância tribal dos conselhos e da transmissão da tradição oral.

Formalmente, entretanto, aquelas aldeias que se localizavam na proximidade de territórios inimigos possuíam um sistema de fortificação, que as diferenciava das demais, conforme afirma Gabriel Soares de Souza:

> ... "Se estas aldeias estão em fronteira de seus contrários, e em lugares de guerra, faz este gentio de roda da aldeia uma cerca de pau a pique muito forte, com suas portas e siteiras, e afastado da cerca vinte e trinta palmos fazem de redor dela uma rede de madeira, com suas entradas de fora para entre ela e a cerca; para que se lhe os contrários entrarem dentro, lhe saírem; e ao recolher se embaracem de madeira que possam flechar e desbaratar, como acontece muitas vezes". ([1587] 1971: 303)

Gândavo também menciona a presença de cerca defensiva, e nos relatos de Hans Staden, podemos encontrar detalhes sobre este sistema defensivo, conforme a citação seguinte:

> ... "Gostam de rodear suas choças com uma fortificação, a saber levantam em volta delas uma estacada de troncos de palmeira rachados. Esta cerca, de mais ou menos braça e meia de altura, fazem-na tão cerrada, que nenhuma flecha pode atravessá-la. Porém, aí tem pequenos buracos pelos quais atiram. Em torno desta estacada erigem ainda uma outra cerca, uma paliçada de paus grossos e compridos, não os colocando, entretanto, junto um do outro, mas a uma distância pela qual não pode passar um home". ([1554] 1974: 155)

Pelas informações, essas aldeias cercadas estão relacionadas a determinados pontos estratégicos, não possuindo entretanto nenhum outro tipo de diferenciação funcional em relação às outras.

As descrições fornecidas pelos cronistas referem-se basicamente à costa. Aquelas das aldeias situadas no interior pertencem a um momento posterior, sendo que as principais estão relacionadas com o estabelecimento das comunidades espanholas e missões jesuíticas, em território guarani.

Podemos observar que as informações do século XVI são extremamente coincidentes, o que reforça a possibilidade destes dados como elementos seguros para a reconstituição dos antigos padrões utilizados. Infelizmente são coincidentes também nas imprecisões e na ausência de determinadas informações. Parece que foram os mesmos aspectos que chamaram a atenção.

Vestígios semelhantes aos traços culturais Tupinambá descritos pelos cronistas do séc. XVI, foram encontrados em sítios arqueológicos detectados tanto na costa como no interior. Mesmo existindo uma diferença de pelo menos 1000 anos entre os dados arqueológicos mais antigos e as informações da época da conquista, eles revelam uma homogeneidade cultural que permite relacioná-los ao mesmo grupo cultural. Portanto, achamos válida a correlação e a analogia desses dados, feita de forma não mecanicista, para a complementação das informações que visam a reconstituição de determinadas ações passadas, principalmente no caso de traços que persistiram através do tempo. Nessas correlações, alguns cuidados devem ser observados, levando-se em conta a suscetibilidade de alguns traços culturais às mudanças, que puderam ocorrer por adaptações a novos ambientes ou por alterações de certas técnicas através do tempo, ou ainda em decorrência de novas relações inter-grupais.

A cerâmica, que foi descrita e muitas vezes desenhada pelos principais cronistas tem sido o elemento diagnóstico para a identificação da cultura. Esse material evidenciado no contexto arqueológico foi denominado "Tradição Tupi-guarani" (Pronapa, 1969), e reúne fases cerâmicas de grupos horticultores com as seguintes características gerais: sítios superficiais resultantes de aldeias com curta permanência ocupando elevação de pouca altura, em áreas de vegetação florestal, com sepultamentos em urnas praticados no próprio sítio habitação ou próximo a ele. O tembetá é o ornamento característico e são comuns os cachimbos e os grandes machados polidos, também documentados etno-históricamente. Como podemos notar essa caracterização geral de ocupação corresponde àqueles padrões que foram observados pelos cronistas.

O padrão de estabelecimento geral dos grupos Tupi que pôde ser inferido a partir dos resultados das pesquisas arqueológicas realizadas até agora podem ser resumidos da seguinte forma: sítios situados dentro do habitat que corresponde ao de regiões com clima chuvoso todo ano, isto é, sem estação seca. Estão localizados em suaves elevações na proximidade do mar, próximo a pequenos riachos ou aos grandes rios dos vales costeiros. As aldeias possuem dimensões que variam entre 50 a 250 m de diâmetro, com um extrato arqueológico cuja espessura de um

modo geral se situa entre 30 a 40 cm, sendo bastante comum aqueles entre 15 e 30 cm. As aldeias apresentam-se sem diferenciação formal interna que pudesse indicar uma diversificação funcional dentro da área habitacional. Os vestígios encontrados são manchas escuras provenientes dos resíduos orgânicos que constituíram as casas, em média de 4 a 8 por sítio. Essas manchas possuem um tamanho menor que aquele descrito pelos cronistas, e, onde puderam ser nitidamente observadas, não apresentam um padrão muito rígido, de destribuição mas que se aproxima de um plano circular ou elíptico.

As informações mais detalhadas, as plantas das aldeias, são produtos de escavações realizadas nos vales do interior em sítios que possuem uma datação muito anterior ao momento do contacto. Para aqueles sítios cerâmicos localizados no litoral, em decorrência tanto do tipo de solo como das escavações efetuadas, não temos até o momento um plano nítido de aldeia, onde as dimensões das manchas das cabanas possam ser comparadas com aquelas fornecidas pelos cronistas.

Essas diferenças nas informações sobre a dimensão das casas podem levar a um questionamento sobre o porquê da mudança através do tempo. Se essa mudança foi produto de uma alteração na organização interna das aldeias. Podemos pensar em uma mudança da organização dos núcleos familiares, que ao que parece, antes habitavam casas de pequenas dimensões, para as grandes malocas, que tanto impressionaram os primeiros europeus. Uma alteração da configuração de família nuclear para família extensiva ou linhagem.

Este é apenas um exemplo da necessidade de correlacionar os dados fornecidos pelos cronistas e aqueles evidenciados no registro arqueológico. Essa correlação pode ser importante não somente para constatar certas mudanças, no caso de informações distantes no tempo, como para confirmar ou complementar certas informações, no caso da coincidência das áreas descritas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do padrão de estabelecimento podemos distinguir duas etapas na abordagem: a primeira que diz à distribuição dos sítios e sua relação com o meio ambiente e à subsistência; a segunda se preocupa com a distribuição dos elementos dentro do sítio, e as inferências que podem ser feitas em relação ao estágio de desenvolvimento social.

Retomando as informações apresentadas, podemos resumir que os Tupinambá no séc. XVI tinham uma localização ecológica relacionada a

um habitat de clima úmido, sem estação seca pronunciada. Estavam ligados à distribuição das áreas florestadas, que atendia suas necessidades constantes de terras virgens em virtude do tipo de cultivo utilizado. A busca do local para a instalação da aldeia, além de uma visão estratégica visava também o abastecimento de água e possibilidade da complementação da subsistência através da pesca e caça.

As tribos se configuram sob a forma de aldeias compactas, que Florestan Fernandes (1963) identificou como grupo local. Constitui a unidade social básica, intermediária entre a menor unidade, que é a maloca, e a unidade territorial na qual ela se inclue, que é a tribo.

Essas aldeias vicinais estavam ligadas por laços de parentesco, pois se unem para participar da defesa e vingança de seus membros, e participam de rituais comuns. Somente nas informações quais tardias, para os Tupinambá do Maranhão, parecem indicar uma relação territorial bem estruturada sob o ponto de vista político, com uma organização quase piramidal. Achamos que a nova estrutura política pode ser resultado tanto da evolução como da reorganização causada pela colonização.

A curta permanência dessas aldeias atestada tanto nas fontes textuais como arqueológicas, é atribuída a necessidade na busca de novas terras para o cultivo e, em tempos mais tardios a busca da "Terra sem mal". Parece entretanto que se trata de uma mesma procura, se considerarmos a tradução de "yvy marẽy" como a terra virgem, sem edificação. A forma ideológica da "Terra sem mal" não pode ser totalmente desvinculada dos limites estruturais da tecnologia da agricultura de roça.

A manutenção dessa configuração de aldeias autônomas e equivalentes, que estão em constante mobilidade, dificulta processos acumulativos que poderiam iniciar mudanças qualitativas na sua estrutura. Essa situação não é propícia para o aparecimento de um poder central, controlador, que pudesse exercer algum tipo de pressão e colocar em risco o sistema tribal.

Analisando a estrutura interna dessas aldeias, verificamos a ausência de diferenciação formal, que pudesse indicar algum setor que tivesse uma função especializada. Eram compostas por casas de grandes dimensões, as malocas, onde habitavam um principal e sua linhagem. Somente nas informações textuais mais tardias aparece a menção "casa grande" que teria uma função política. A notícia da presença de uma casa que teve uma função diversa das outras, nos leva a questionar se seu aparecimento na aldeia não estaria ligado a um incremento na organização política.

A notícia de Anchieta de que antes das batalhas os pajés mandavam fazer uma cabana para algum tipo de rito, pode indicar o início da relação de um indivíduo especializado com um local particular para atividades cerimoniais.

O estudo das funções dos estabelecimentos é um bom ponto de partida para entender a relação das sociedades com o meio ambiente e inferir alguns aspectos da organização social. Não se trata entretanto de uma abordagem conclusiva, pois seu alcance interpretativo é limitado sem o auxílio dos aspectos teóricos ligados ao processo histórico em que as sociedades em questão estão inseridas. Mas através da análise do padrão de estabelecimento as questões principais podem ser formuladas.

Muitas considerações teóricas sobre o conceito de padrão de estabelecimento poderiam ser feitos, possibilitando um artigo à parte. O nosso objetivo foi mostrar a possibilidade de utilizar esse tipo de abordagem, que tem sido amplamente empregada no contexto arqueológico, na análise da documentação textual, e mais ainda, apontar a necessidade de correlação entre os dados provenientes dessas diferentes fontes.

NOTAS

(1) — "As the way in which man dsiposed himself over the landscape on which he lived. It refers to dwellings, to their arrangement, and to the nature and disposition of other buildings pertaining to community life. These settlements reflect the natural environment, the level of tecnology on which the builders operated, and various institutions of social interaction and control which the culture maintained. Because settlement patterns are to a large extent, directly shaped by widely held cultural needs, they offer a strategic starting point for the functional interpretation of ahcheological cultures". (1953: 5).

(2) — Podemos encontrar em Hans Staden a menção de ocupação temporárias, com características de acampamento.

(3) — Para inferir essas áreas de enterramento o elemento diagnóstico utilizado até aqui foram as urnas funerárias, que são encontradas na própria área de habitação ou em áreas exclusivas de enterramento.

(4) — Sobre o número de habitantes por maloca Florestan Fernandes opina que os limites demográficos tribais devem ter estado compreendido entre 50 até 200. (1963: 64-69).

(5) — Provavelmente existe um equívoco na informação, quando ele menciona a permanência no mesmo lugar de cinco a seis meses, deve significar cinco anos, número que coincide com as outras informações.

BIBLIOGRAFIA

ABBEVILLE, Claude d'. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1614-1975.

ANCHIETA, José. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1554-1933.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio Grande do Sul, Ed. Silvio Frota, LPM ed., 1500-1985.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1625-1978.

D'EVREUX, Ivo. *Viagem ao norte do Brasil*. Maranhão, 1614-1874.

FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambás*. São Paulo, Difel, 1968.

GÂNDAVO, Pero Vaz de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz*. Caderno de História nº 2. São Paulo, Obelisco, 1576-1964.

LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1578-1980.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M. *Tentativa de caracterização da tradição tupi-guarani*. Tese de Mestrado FFLCH. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981.

SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em* 1587. São Paulo, Ed. Nacional, 1578-1971.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Ed. Itatiaia/Belo Horizonte/Editora da Universidade de São Paulo, 1557-1974.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte/Editora da Universidade de São Paulo, 1558-1974.

WILLY, Gordon. *Prehistoric Settlement patterns in the Viru Valey, Peru*. Washington, DC, Bureau of American Etnology 155, 1953.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org